

Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO — BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

ANO I / N.º 8 / 19 DE JULHO DE 1974 / PREÇO 2\$50 / SEMANAL

EDITORIAL

MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Muito se tem falado nos últimos dias no Movimento das Forças Armadas. Diz-se que este reforçou as suas posições, que ganhou a partida, que saltou ao terreiro quando o processo degenerava.

Acerte a demissão de Palma Carlos e ministros que com ele se solidarizaram, parece assim rejeitada a sua proposta de reforço de poderes e parece assim desmascarada a ala direita do Governo de coligação. O «golpe» não surtiu efeito, diz-se.

Mas como nem uma classe se limita a uns quantos ministros nem a manobra se limita a um homem, mesmo que seja professor de Direito, o esquema mantém-se.

Porque do alargamento de poderes pedido mantém-se que a responsabilidade de composição ministerial seja do primeiro-ministro; os partidos de coligação continuam todos presentes e Magalhães Mota, ex-demiônário passa a ministro sem pasta; enfim tudo continua no mesmo esquema económico, esperanças a grande burguesia nacional e estrangeira de poder continuar a investir, colhendo frutos. Os seus ministros velam por ela, que não estão lá para outra coisa.

Mete-se portanto o M.F.A. em grandes embaraços. Pois que desta vez a sua responsabilidade aumenta, visto que participa no Governo. E assumindo esse papel será a ele que se perguntará, directamente, pelos destinos do seu próprio Programa.

Até aqui, as manobras neocolonialistas, os combates às greves, a ameaça que pesou sobre os C.T.T., a prisão de Saldanha Sanchez, as prisões dos melicianos e dos soldados, a ocupação da Rotunda pelas tropas, a elaboração da Lei de Imprensa e as penas aplicadas aos jornais, foram factos negros para o processo da J.S.N. e do Governo Provisório. Entretanto o M.F.A. mantinha-se alheio e silencioso e o mais que podíamos dizer é que não defendia o seu programa. Ou então que este programa era suficientemente vago e amplo para nele caberem as intenções que se quisesse, desde as «ideias» do General Silvério Marques, à ditadura do proletariado do M.E.S.

Mas agora, que elementos dos mais responsáveis do M.F.A. vão passar a ter um papel político de intervenção directa, é impossível esconder por mais tempo as contradições. Pois que não basta travar uma batalha contra os generais, contra a J.S.N., contra os mais dignos representantes da grande burguesia. É preciso ir muito mais longe, estar cem por cento do lado dos trabalhadores

Continuação pág. 28

ORGANIZEMOS A LUTA CONTRA A NOVA CENSURA A LEI DE IMPRENSA NÃO PASSARÁ

COMUNICADO

Recebeu o jornal «Revolução» uma carta assinada pelo Director Geral da Informação em que este participa a autuação daquele jornal em 5000\$00, em referência ao documento publicado sob o título «Movimento de apoio ao M.F.A. nas frentes de combate da Região Militar de Moçambique», enviado à redacção, em papel de aerograma copiado e que os nossos correspondentes confirmaram ter sido largamente distribuído em várias unidades de Moçambique.

O jornal «Revolução», porta-voz do P.R.P.-B.R., publica-se legalmente por decisão da Comissão Central do nosso partido, em face das novas condições criadas pelo movimento insurreccional de 25 de Abril. Assim pensamos poder continuar a defender os interesses dos trabalhadores, tal como o fazíamos durante o fascismo, empregando métodos de organização clandestina e de luta armada.

Desejamos entretanto esclarecer que aquilo que é considerado pela Comissão Ad Hoc como um periódico de «expressão e audiência pouco significativa» — não sabemos com que critério — teve uma tiragem de 100 000 exemplares no primeiro número e de 50 000 nos seguintes. Não é realmente lido entre a burguesia, como é lógico, mas é lido entre os trabalhadores, verdadeiros interessados nas páginas deste jornal.

A lei de imprensa foi um golpe

desferido nas liberdades criadas pelo derrubamento do fascismo visto que, aplicando castigos a posteriori se transforma num instrumento de censura nas mãos das administrações dos jornais diários. Por outro lado

jornais «República» e «Capital» e os noticiários da Rádio Renascença.

Considerando que a lei de imprensa criada pelo anterior Governo Provisório é anticonstitucional, visto que contraria o parágrafo 1) da alínea g)

que não fez respeitar o seu programa, que é parte integrante da lei constitucional do País.

— Não pagar a multa de que somos objecto, remetendo o conflito assim criado para resolução entre a Comissão Ad Hoc e o M.F.A.

— Enviar este comunicado com uma cópia da carta do Ministério da Comunicação e uma cópia do documento visado a todos os órgãos de informação e agências noticiosas.

— Apelar para toda a imprensa livre e para todos os trabalhadores e revolucionários no sentido de se solidarizarem com o jornal «Revolução».

Pelo colectivo do jornal «Revolução»
Isabel do Carmo



A imaginação dos trabalhadores resistirá a todas as leis de imprensa

impede a informação sobre a guerra colonial e o apoio na imprensa às movimentações dos trabalhadores, colaborando assim no prolongamento dos dois principais flagelos da população portuguesa e dos povos das colónias — a guerra colonial e a exploração capitalista. Esta lei de imprensa já teve como vítimas os

do Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas, que não é susceptível de duas interpretações.

decidimos:

— Enviar este comunicado e a carta do M. da Comunicação Social ao M.F.A. considerando-o responsável por esta multa, na medida em

REACÇÃO

DOS JORNAIS DIÁRIOS

Tal como escrevemos no nosso comunicado, enviámo-lo a todos os jornais diários, acompanhado da carta do Director Geral da Informação e dum recorte do artigo visado pela multa. Curiosamente os jornais «Diário de Lisboa», «Diário Popular», «Século» e «Diário de Notícias» só documento, nada. Ontem como hoje, sempre do lado do poder... Não terão os leitores direito à informação do outro lado? Ou escolhe a redacção o que lhe convém?

POSIÇÃO DO PRP-BR FACE À SUPERACÇÃO DA CRISE GOVERNAMENTAL

I — Tal como perante a luta reivindicativa das classes trabalhadoras, o bloco governamental havia fabricado a lenda de uma coincidência entre o movimento grevista e os interesses da reacção, o mesmo bloco — ele sim, reaccionário — acaba de fabricar uma «crise política»: demissão do primeiro-ministro Palma Carlos, do ministro militar e dos ministros populares-democratas; dissolução do Governo Provisório. E tudo isto para quê? Porque era necessário mais poderes para prosseguir uma política ainda mais repressiva, ainda mais favorável aos grandes grupos monopolistas, no sentido de assim tentar superar a crise económica e social.

Com a saída de alguns personagens da coligação, directos representantes do grande capital, pretende a burguesia condicionar de fora, ou mesmo ameaçar, o novo governo, obrigando desde já na prática a fazer a sua política. Não será, portanto, com a mudança de alguns nomes e com um primeiro-ministro militar, que o novo Governo, — cuja base será a mesma coligação burguesa que, a coberto da ambiguidade do «espírito» do Programa do M.F.A.,

prosseguirá a mesma política — superará a crise. Política que, definindo-se como antifascista, faz do termo antifascismo sinónimo e pretexto da integração dos trabalhadores na divisão do trabalho capitalista e da sua submissão aos imperativos de uma reprodução do capital modernizado.

II — No entanto, embora a coligação que forma o novo Governo Provisório, seja a mesma que a anterior — uma coligação ao serviço da burguesia e um instrumento poderoso de mistificação das massas oprimidas — é evidente que ela não pode apresentar-se como tal. Pelo contrário, esta coligação vai continuar a apresentar-se como incluindo os representantes dos trabalhadores, representantes que seriam os ministros do PS e do PC. Acontece, todavia, que esta mistificação se vem tornando de dia para dia mais difícil. De modo que depois de terem usado de todos os meios ao seu alcance para dissuadir as massas da sua luta, primeiro pelas boas palavras, depois pelo apoio à repressão (caso dos CTT, etc.), aos partidos ditos socialistas do Governo Provisório vai ser cada vez mais difícil enganar as massas.

A exibição publicitária dos últimos dias de algumas divergências, que na prática são de pormenor, destina-se a convencer os trabalhadores de que PS e PC não são organizações burguesas e que as medidas antipopulares do Governo Provisório não só são da sua responsabilidade como merecem a sua condenação. No entanto, esta manobra não deve enganar ninguém e os próprios autores a desmascaram, poupando-nos a nós esse trabalho, quando publicamente tudo fizeram para entrar neste novo Governo Provisório, no interior da mesma coligação. Se a coligação vai ser a mesma, é óbvio que continuará a ser contrária aos interesses das classes trabalhadoras, e é óbvio também que as palavras-mágicas «antifascismo» e «consolidação do processo democrático» continuarão a servir as «cedências» que, em nome da classe operária, os partidos de «esquerda» da coligação continuarão a promover e a justificar. Mas, se assim é, qual o conteúdo real da «oposição» a Palma Carlos? Quais as divergências de fundo, na prática, com o PPD?

Que farsa é esta, camaradas, que nos querem vender por luta política?

Ou não estará ao alcance do entendimento de qualquer espírito são que o espectáculo das divergências é a expressão mais refinada de um entendimento em profundidade de ambas as partes e das suas soluções, só superficialmente diferentes, para os problemas sociais e históricos que hoje se levantam? Ou não será evidente que as mesmas divergências politiqueras pretendem camuflar a identidade de uma perspectiva de classe objectivamente comum?

Não existe uma terceira via, como pretendem os reformistas. Na actual organização social, dominada pelo poder económico e social dos monopólios, ou se faz uma política abertamente monopolista ou se faz uma política proletária e esta só se pode conseguir pela subversão total da estrutura económica, social e política da sociedade — o que significa a Revolução Socialista.

Neste clima de ambiguidade política, não só a crise económica se agrava, como se cria um terreno favorável à contra-revolução.

Continua pág. 2

Posição do PRP-BR — Face à superação da crise governamental

III — Por outro lado, o facto de se responsabilizar directamente o M.F.A. no novo Governo, pode corresponder a uma manobra da reacção que vise a sua liquidação definitiva.

Não ouvimos todos dizer, no decorrer da actual crise, a um dos seus mandatários, que o Movimento não existe como força organizada e que do Movimento só resta o espírito?

É verdade que até agora o M.F.A. tem brilhando pela sua ausência ou, pelo menos, e em qualquer caso, pela sua total inoperância no que à execução do seu Programa se refere.

O que só poderá ser interpretado pelas contradições existentes no seu seio que têm sido habilmente aproveitadas pelos oportunistas e reacçãoários.

Pois não é verdade que o Movimento não tem aproveitado o seu reconhecimento tácito constitucional para impôr através do Conselho de Estado (onde conserva a maioria) o respeito e a execução integral do seu Programa? Ou será que, apesar das suas afirmações antimonopolistas, O M.F.A. estará doravante disposto, depois de ter derubado o fascismo, a servir a causa da

democracia burguesa — isto é, da ditadura, formalmente democrática, do capital sobre o trabalho vivo? A lei anticonstitucional da Informação, é a expressão terrorista da insegurança burguesa; os discursos ultra conservadores e autoritaristas do General Galvão de Melo; a exaltação da epopeia africana e colonialista; a prisão dos milicianos Anjos e Marvão, por se terem recusado a encabeçar uma liquidação militar da greve dos CTT; a prisão discricionária de José Luis Saldanha Sanches; enfim, e sobretudo, o prosseguimento de uma exploração fascista da força de trabalho e o facto de ainda estar por definir, a nível governamental, qualquer forma efectiva de descolonização real relativamente aos territórios dos povos africanos onde a guerra continua — tudo isto seriam pontos previstos e promovidos pelo M.F.A.? Senão, onde está o M.F.A.? Que antimonopolismo é o do M.F.A. cujo silêncio não pode deixar de ser cúmplice, se se mantiver agora, política de consolidação dos monopólios capitalistas rebatizada de «consolidação» do processo democrático? Ter-se-á este Movimento, depois de aparecer como

vanguarda antifascista, resignado a ser a rectaguarda de uma coligação burguesa?

Em qualquer caso, é imperioso que o M.F.A. se defina e se assuma, consequentemente no interior da luta de classes em curso e que abandone o «centrismo» moderador que, inevitavelmente, levará à sua própria decomposição e que é, desde já, a menos de ser pronta e audaciosamente corrigido, a maior ameaça que pesa sobre a cabeça dos autores do 25 de Abril. Porque não é o desfecho da luta de classes que está em jogo na atitude do M. F. A. — pois que este desfecho depende apenas das massas trabalhadoras e da ousadia da sua luta organizada e autónoma —, o que está directamente em jogo e imediatamente é o futuro do próprio M.F.A.

Nestas condições a vigilância, a unidade, e a organização das forças reacçãoárias e dos trabalhadores é mais importante do que nunca.

17/Julho/74

A Comissão Executiva do PRP-BR

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

Camaradas:

É importante denunciar. É importantíssimo destruir as vozes que se possam levantar contra os interesses do povo. É essencial desencadear uma luta cerrada contra a apatia e aceitação reacçãoárias com que a ideologia burguesa minou as forças activas da sociedade. É, por outras palavras, preciso construir.

A identificação que se tem vindo a processar entre o jornal «Revolução» e os interesses do povo, está já por demais evidenciada. Compete a cada um dos que o lêem dar o melhor da sua colaboração. Divulgando e participando cada um terá o dever de fazer «Revolução» chegar o mais longe possível, tanto no tempo como no espaço. Poderão vir censuras e multas das mais cerradas, poderão vir as mais vis repressões que enquanto «Revolução» for os verdadeiros interesses do povo, a sua existência nunca correrá riscos, nem que para isso, como diz o Bala, se tenham de pôr bem oleadas aquelas máquinas de antes do 25 de Abril.

A participação dos leitores tem de ser activa.

A GRANDE LUTA DA HUMANIDADE

Vivemos numa sociedade que é uma completa mentira.

Mas, de todas, a maior injustiça do capitalismo, é aquela que separa o homem do seu ambiente natural.

O sistema capitalista fundamenta-se na separação de classes, baseada na propriedade dos meios de produção.

A uma minoria exploradora que possui todas as riquezas naturais, opõe-se a grande maioria, da humanidade que apenas possui para manter a sua sobrevivência, a força do seu trabalho.

É a força do trabalho do homem, seja ele operário ou camponês, que dá o valor a todas as coisas.

De que vale um peixe enquanto não for pescado? Nada. Esta como todas as riquezas naturais de nada valem enquanto não forem trabalhadas pelo homem.

É o trabalho criativo dos homens que lhe dá todo o seu valor.

Por outro lado, a força de trabalho que o homem possui em si, não pode ser produtiva se não tiver onde a aplicar.

De que vale toda a capacidade de trabalho de um camponês se não tiver terra para cultivar? Também nada vale.

É por tudo isto, que o capitalismo comete um dos maiores crimes contra a natureza, quando tira ao homem as riquezas naturais e à natureza a força do trabalho que lhe dá todo o valor.

O homem só poderá existir identificado com a natureza. Tudo o que for contra a esta identidade é um crime contra a humanidade.

Desde há centenas de anos que a humanidade tem vindo a lutar contra este crime.

Tempos houveram em que o próprio homem era propriedade de uma minoria ociosa e exploradora. Nesses tempos, os senhores opressores possuíam a força de trabalho (os escravos) e os meios de produção (terras, barcos, etc.).

Aí, começou a grande luta. Primeiro foi a libertação do homem como escravo. Mas, está provado que o homem não pode ser completamente livre enquanto não conquistar a natureza que lhe proporciona a sobrevivência. Depois de anos e anos de lutas, sacrifícios e revoluções o homem está finalmente à beira de conquistar a sua liberdade verdadeira.

É preciso que todos nós saibamos isto. A nossa verdadeira liberdade só será conquistada quando as terras, as fábricas, as máquinas, os barcos pertencerem a quem com eles trabalha.

Nunca mais queremos ter que vender a nossa força criadora para poderemos sobreviver, só porque a natureza é dada a alguns que a ela não têm qualquer direito.

F. S. Camaradas: Desde que se publica o jornal «Revolução» que o leio todas as

semanas.

Gosto do jornal e acho-o um jornal bastante elucidativo.

Todo o seu conteúdo vem de encontro ao meu temperamento e como tal gostaria de me alistar nas vossas fileiras caso vocês queiram aceitar a minha cooperação. Já não sou novo mas ainda tenho grandes capacidades de trabalho, seja em que sector for, nem que seja a fazer propaganda, entregando papéis. Enfim tudo se pode combinar, pois em todos os campos se pode ser útil quando os outros nos queiram ajudar.

Tenho lutado só e só continuarei lutando caso não encontre amigos. Mas espero e confio encontrar amigos nas vossas fileiras.

A. R. Camaradas de luta,

Foi com grande alegria que recebi o jornal «Revolução» e desde já lhes quero agradecer, e testemunhar a minha solidariedade com o partido.

Com respeito ao jornal acho-o bastante honesto e informativo e encontro nele um poder significativo de luta e desmascaração, urge camaradas não abandonar a luta e continuá-la até à vitória final, à verdadeira vitória do Socialismo. Podem nos prender, podem nos amordaçar mas nunca por nada, nos poderão desviar dos nossos nobres designios, a luta proletária onde não exista a exploração do homem pelo homem, onde o capitalismo reacçãoário não passe de um antigo pesadelo, mas que exista o Socialismo forte e unido onde operários e camponeses de mãos dadas lutem pelos seus interesses e direitos.

Sim camaradas é por uma sociedade assim que eu luto. Onde o homem não tenha medo do outro dia, onde o homem não seja considerado uma simples peça da grande máquina que é a produção. Que não se escute mais botas cardadas que pela noite fora arrastam alguém. (...).

Até à vitória final do Socialismo Vitória ou Morte!

A. P. (Holanda)

COPCON — A BURGUESIA PREPARA

Continuação pág. 3

que, em Angola, em Cuba não faz mais do que o demonstrar, que os operários e os camponeses armados, quando sabem por que se batem e identificam os seus próprios interesses com a revolução, nada ficam a dever, do ponto de vista da eficácia militar, aos exércitos regulares.

O exército regular é necessário aos agressores para travarem as suas guerras coloniais e as suas intervenções em países estrangeiros. Mas estas não são as suas únicas funções.

Noutras situações, a classe dominante pode também utilizar o exército regular para defender os seus interesses no interior do próprio país; em geral essa tarefa é executada pelas outras forças do aparelho repressivo, as polícias. Mas em determinadas situações ou em certos períodos em que a burguesia sinta os seus interesses mais directamente ameaçados ou em perigo, ela utiliza o exército regular para a defesa desses interesses dentro do próprio país. É esta função que o exército desempenha, em todos os sentidos, em muitos países da América Latina, onde o seu papel é o de ser uma polícia interna. Ai, como em muitos outros países, se descobre claramente qual a verdadeira função do exército regular, necessário às ditaduras anti-populares para manter as massas em estado de obediência. Haja ou não combate, o exército é sempre um instrumento de dominação brutal sobre a classe operária e o conjunto da sociedade, tal como a matraca é um instrumento que serve para espancar, quer o respectivo proprietário se sirva dela num momento quer não.

A criação do Comando Operacional do Continente — COPCON — corresponde perfeitamente a esta situação. O exército português, já experimentado e rodado em guerras de agressão na defesa dos interesses da burguesia nacional e do imperialismo em Angola, Moçambique e Guiné, não tem grande experiência de repressão no interior do país, onde as forças policiais ao serviço da burguesia durante o período fascista (PIDE, GNR, PSP, Legião, etc.) conseguiram, quase sempre sem precisarem de auxílio, efectuar as tarefas repressivas necessárias à continuação do domínio da burguesia sobre as massas trabalhadoras portuguesas. Mas neste momento, em que o aparelho policial

fascista sofreu um abalo e em que, como consequência disso, a eficácia desse aparelho se encontra para já um tanto comprometida, a burguesia tem de utilizar o exército regular nas tarefas repressivas no interior do país, tem de o utilizar como uma polícia interna. A criação do COPCON corresponde exactamente a isso. Este organismo vai ser o organizador, centralizador, o estratega de todas as acções de repressão das lutas operárias que venham a ser conduzidas pelo exército. Como é evidente, este só intervirá quando as outras forças do aparelho repressivo da burguesia forem insuficientes: isso mesmo diz o diploma de criação do COPCON, ao especificar que a sua intervenção se fará quando haja insuficiência das forças militarizadas, quando for inconveniente a utilização destas ou em locais onde estas não possam ser utilizadas em tempo oportuno.

E assim como a burguesia é obrigada a inventar pretextos para levar as massas a combaterem no seio do exército regular para defender os interesses da classe dominante fora do país, também para conseguir que o exército execute a função de polícia dentro do próprio país, reprimindo as lutas operárias e eventualmente defendendo a ditadura de classe da burguesia contra as massas trabalhadoras armadas, ela apresenta pretextos demagógicos, dizendo que se trata de manter a ordem, de garantir o curso normal da vida do país, de defender a democracia ou de manter a paz e a tranquilidade públicas.

Mas é evidente que os trabalhadores sabem bem que essa paz, essa ordem, essa democracia ou essa tranquilidade pública não são as deles, são apenas as da burguesia, são a paz e a democracia da burguesia, são a ordem e a tranquilidade que permitem que essa classe continui a explorar «tranquilamente» as massas trabalhadoras. O exército regular, ao preparar as estruturas que lhe permitirão intervir eficazmente no interior do país, não defende outra coisa senão o interesse dos patrões, senão a ditadura que estes exercem sobre as massas trabalhadoras. O COPCON deve pois considerar-se como o comando central das futuras acções repressivas do exército contra os trabalhadores em luta pela revolução socialista.

O PODER POLÍTICO

Continuação pág. 8

burguesa. Criando sanções aplicadas por uma comissão ad hoc, a lei de imprensa consagra a abolição de censura prévia, mas institui o medo nos trabalhadores da informação e põe uma arma nas mãos das administrações de jornais e rádios, que passam a ter uma boa justificação para censurar previamente tudo o que vem a público.

Para o provar ai estão as multas aplicadas aos jornais «República» e «Capital» e ai está o despedimento colectivo dos noticiários da Rádio Renascença, que não aceitaram a censura prévia dos empregados daquela emissora, onde é facultado a cada um (mesmo ao mais reacçãoário) o direito de veto.

O conteúdo desta lei de imprensa visa por um lado a não divulgação de assuntos militares e o não apelo à desobediência militar, por outro cerceia todo o apoio da imprensa a «greves», «paralizações e manifestações» NÃO CONSENTIDAS: Está portanto definido o seu campo de acção — impedir um tratamento sério do problema da guerra colonial e impedir a defesa revolucionária dos interesses dos trabalhadores.

A linguagem usada é a pura linguagem burguesa que ouvimos durante tantos, tantos anos, erguendo o papão da «anarquia» e da «violência».

Após esta lei de imprensa esperamos a lei sobre a greve...

DIRECTOR INTERINO: Isabel do Carmo
 REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua Gil Vicente, lote A, r/c. — PAREDE
 Telefone: 2475051 das 18 às 20 horas
 Impressão e Composição:
 Mirandela & C.ª — Rua Victor Cordon, 27-1.º — Lisboa
 Distribuição
 Distribuidora "O Século"
 Rua de "O Século", 41 a 63 — Lisboa

OS NOSSOS VALORES

E OS DELES



Em plena crise governamental, ouvimos o General Spínola no Alfeite. «Ficamos sem saber se estamos realmente no Alfeite, ou em Alcácer-Quibir», disse alguém a nosso lado. Pois que não deixe ilusões o discurso tonitroante, melodramático, pronunciado com a técnica dos grandes silêncios e dos tons graves.

Não temos nós dúvidas quanto aos «valores» e aos «heróis» que o General diz estarem invertidos. Pois que para nós os valores são os outros e os heróis são os outros. Ao contrário dos do Presidente da República, para que fique tudo bem claro.

Valores para nós são os valores revolucionários, os do proletariado, os dos oprimidos e explorados. Heróis são os que se batem contra a exploração, sejam eles os revolucionários portugueses ou os revolucionários africanos. Herói é Alex, é Dias Coelho, comunistas mortos nas ruas de Lisboa, são Luís e Ernesto das Brigadas Revolucionárias, é Amílcar Cabral, é o mais humilde dos guerrilheiros mortos nas selvas da Guiné, de Angola ou de Moçambique.

Os soldados portugueses mortos em África foram heróis à força numa guerra que não era a deles, defendendo as riquezas dos senhores da terra. (Os que puderam desertaram aos milhares e os outros foram de má vontade. Quem quis ir para esta guerra santa? E não foi também para acabar com ela que as Forças Armadas fizeram o 25 de Abril?)

A Pátria, as medalhas, os nossos maiores, são palavras do passado... Será a Pátria de um operário da Siderurgia a mesma do sr. Champallimaud? Talvez seja, mas nada significa. Hoje como ontem tais palavras só servem como bandeiras, flutuando à frente de exércitos de explorados. E palavras destas para os marinheiros, que no 25 de Abril tomaram a Pide e tomaram Caxias! E vêm-lhes falar do «antanho»!

Mas quem se ilude hoje? Quem se deixa iludir?
Que não se invertam os valores!

Fique no seu lugar a Pátria, as medalhas, os maiores. Do lado dos generais.

Que fiquem do outro lado os heróis do Povo, os valores da Revolução. Do lado dos proletários.

Não se misturem, nem se criem enganos, nesta propositada confusão. Nem só o Palma Carlos estava lá para defender o que «herdamos dos nossos antepassados». O que eles herdaram dos antepassados deles, claro...

Ah! meu General, meu General, como vai longe a Guiné. Que nem o senhor esquece, nem nós...

CHACINAS EM LUANDA

A extrema direita angolana entra em acção. Em cinco dias dezenas de mortos e feridos são o rescaldo da fúria branca dos colonos comerciantes, em pânico por verem que se aproxima o fim do paraíso africano.

A vida fácil da mão-de-obra barata, do pouco trabalho e do muito lucro, dos criados para todo o serviço, ameaça acabar.

É por isso que grupos de comerciantes brancos dos musseques, aliados a taxistas e camionistas, organizam grupos de terror na cidade de Luanda, cidade esta onde os civis brancos nunca foram atacados ao longo da história da guerra de Angola.

Após o dia 25 de Abril torna-se hábito grupos armados visitarem os musseques, com provocações e humilhações. Dia 12 uma manifestação na Av. Brasil de Luanda agride violentamente todo o negro que por lá passa, com a participação activa da PSP. Horas mais tarde brigadas de trânsito, fortemente armadas, percorrem a cidade e às 18 horas atacam um autocarro, matando e ferindo vários negros. No dia seguinte atacam um autocarro, matando e ferindo vários negros. No dia seguinte o balanço é de 10 mortos e 75 feridos. É então que as famílias, com os cadáveres nos bra-

ços, se dirigem em manifestação silenciosa ao palácio do Governador Civil. Diante deste, a repressão cai sobre a multidão, com cassetetes, baionetas, gases lacrimogéneos e tiros.

O funeral dos negros assassinados tem 500 000 pessoas e a greve geral é decretada.

Dia 15, a PSP de Luanda reprime de novo uma manifestação de africanos, disparando primeiro para o ar e depois sobre a multidão, causando doze mortos e sessenta feridos.

Tudo isto se passa com a colaboração activa de forças militares e paramilitares existentes em Angola, salientando-se o facto de aí continuar a estar presente a Pide/DGS. Forma-se entretanto a organização de extrema direita, tipo OAS, a RUA (Resistência Unida Angolana).

Perante tais factos, a Casa de Angola em Lisboa, decide:

1 — Responsabilizar a Junta de Salvação Nacional e as forças políticas que constituem o Governo Provisório de toda a situação existente em Angola.

2 — Desmascarar a posição dos mesmos quanto à política colonial em conclusão com o Imperialismo Internacional e as forças reacçãoárias em Angola como tendentes a perpetuar a

ENQUANTO ALGUNS PIDES SÃO SOLTOS, OS REVOLUCIONÁRIOS SÃO ENCARCERADOS

Continuam presos na Trafaria 5 oficiais (João Anjos, Carlos Marvão, Jorge Seabra, João Amorim, e Leonel Bacalhau) e um soldado-miliciano (Dionísio Medeiros).

Como já foi noticiado, os oficiais, Anjos e Marvão, estão presos por se terem recusado a comandar uma força militar-repressiva que devia reprimir os trabalhadores dos CTT em greve. Os outros oficiais foram presos, porque são acusados de terem dado «vivas ao P.A.I.G.C.» e o soldado Dionísio por ter sido encontrado a ler um panfleto.

Aqui estão provas da tão apregoada «aliança entre o Povo e as F. A.», palavra de ordem muito querida dos partidos reformistas por lhes permitir enfiar no mesmo saco — Povo — tanto os explorados como os exploradores. Não é certo que um capitalista português e um operário fazem parte desse mesmo Povo? Se um e outro têm interesses antagónicos, como é que se pode falar em tal aliança? Os partidos reformistas tentam escamotear que as Forças Armadas representam e defendem sempre os interesses de uma classe bem definida. Enquanto num país socialista as Forças Armadas representam e defendem os interesses do proletariado e demais explorados, na sociedade capitalista as Forças Armadas existem para perseverar os interesses da burguesia, dos exploradores que, pela força das armas, tentam apaziguar o antagonismo da burguesia e proletariado.

Numa sociedade de classes há intrinsecamente luta de classes e no seio das próprias forças armadas a luta de classes também existe sendo o espelho da sociedade em que existem.

No caso flagrante dos oficiais-milicianos, Anjos e Marvão, a sua atitude firme a recusarem-se reprimir os trabalhadores dos CTT demonstra que estes oficiais se colocaram ao serviço dos trabalhadores e como esta justa atitude é contraditória com os interesses da burguesia, foram encarcerados.

Palma Carlos dizia há tempos numa entrevista publicada no «Diário de Lisboa» que o seu governo era pacífico. Como é que isto é possível se esse mesmo governo tentou reprimir pela força a justa luta dos trabalhadores dos CTT; como é que é possível que esse governo fosse pacífico quando, sob o seu mandato, o exército colonialista português continua a reprimir os povos das colónias. A burguesia sempre tentou iludir o seu carácter de violência permanente.

exploração e a humilhação do Povo Angolano, das outras colónias e da República da Guiné-Bissau.

3 — Interpretar as posições assumidas pelas entidades acima referidas como tentativa de boicotar a luta do Povo Angolano, na sua marcha irreversível para a Independência total e completa.

4 — O silêncio cúmplice das autoridades portuguesas, como mais uma manobra para a implantação do neo-colonialismo em Angola.

5 — Repudiar o apoio táctico do Governo Português aos «partidos» fantoches surgidos em Angola.

6 — Reafirmar a posição inequívoca de solidariedade com o Presidente Agostinho Neto e de apoio total e incondicional ao M.P.L.A., vanguarda revolucionária do Povo Angolano, seu legítimo e único representante.

7 — Exigir o reconhecimento imediato e de forma inequívoca da Independência completa e incondicional das colónias.

COPCN A BURGUESIA PREPARA NOVOS MÉTODOS DE REPRESSÃO

Tomou posse dos cargos de comandante da Região Militar de Lisboa e de comandante-adjunto do Comando Operacional do Continente o brigadeiro (recém-promovido) Otel Saraiva de Carvalho, uma das figuras mais proeminentes do Movimento das Forças Armadas e o principal chefe militar do golpe de 25 de Abril.

Este facto, e sobretudo o aparecimento da nova estrutura militar que é o Comando Operacional do Continente — COPCON — criado por um decreto-lei do passado dia 8 de Julho, obrigam-nos a tentar perceber qual o significado de tais medidas, e a tentar ver com a maior clareza a sua verdadeira função, sobretudo porque a imprensa burguesa, ao serviço dos interesses do capital, não pode como é evidente esclerecer-nos sobre este problema; pelo contrário, ela limitou-se a noticiar o facto sem comentários ou ainda, como é o caso de um grande diário da manhã, a falar demagogicamente em «defesa da democracia».



Ora o que é o COPCON? Trata-se, como o próprio nome o indica, de um organismo que se destina a intervir no «teatro das operações de Portugal Continental», comandado pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (Gen. Costa Gomes), e que tem por missão intervir directamente na manutenção e restabelecimento da ordem, em apoio das autoridades civis e a seu pedido, e garantir o livre exercício da autoridade constituída e as condições de ordem pública julgadas necessárias para o regular funcionamento das instituições quando se verificarem situações internas de ameaça à paz e tranquilidade públicas.

Para se perceber bem qual a verdadeira função de um organismo deste tipo demos de o analisar dentro daquilo em que se integra, o exército regular. Em que consiste esse exército regular? É uma organização no quadro da qual centenas de milhares de jovens arrancados ao seu meio são isolados em casernas onde, com o auxílio dos métodos mais brutais, lhes tiram da cabeça toda a independência intelectual, ensinando-os a executar mecanicamente qualquer ordem que venha do comando hierarquizado e profissional. Esta organização é pois a base da força armada do Estado, é

uma força separada da sociedade e que se encontra pronta a opor-se-lhe em qualquer momento. Tal como as várias polícias, o exército regular é parte do aparelho repressivo da burguesia, faz parte do conjunto de forças armadas que a burguesia cria e mantém para defender os seus interesses de classe, para poder manter a sua ditadura sobre as camadas trabalhadoras que explora. Em si mesmo o exército regular é um instrumento da ditadura anti-proletária.

Em determinados momentos da história do desenvolvimento do capitalismo, a burguesia de cada país vê-se obrigada a defender-se contra as burguesias de outros países, ou mesmo a atacá-las, pois vê nelas concorrentes perigosas na exploração a que vai querendo submeter as massas trabalhadoras. Noutros casos acontece que a burguesia tem interesses a defender em países estrangeiros sob o seu domínio económico e político (colónias) e aí se vê obrigada a combater outras burguesias com interesses colonia-

listas ou os povos desses países que se revoltam contra a opressão e a exploração de que são vítimas. Em qualquer destes casos a burguesia utiliza o seu exército. E para justificar tais acções a burguesia diz que o exército regular é indispensável à defesa da pátria, diz que as guerras em que esse exército se vai envolver são feitas para defender o interesse nacional, para defender a integridade da pátria. Mas isto só é assim quando existe uma ditadura de classe anti-proletária, em que é difícil obrigar as grandes massas a lutar para a defesa de um Estado que lhes não pertence, afinal a lutar para a defesa de interesses que são só os da classe dominante. Por isso o resultado desejado pela classe dominante só pode ser obtido pela intimidação e pelo terror, como o apoio de um exército profissional. O armamento das massas fora dos quadros desse exército regular representa um perigo mortal para o sistema social em causa, e é por isso que o exército regular é, para tais regimes, o único modo de organizar a defesa armada.

Pelo contrário, nós sabemos, e o exemplo das guerras revolucionárias no Vietnam, na Guiné, em Moçambi-

LUTA DOS TRABALHADORES

Trabalhadores em luta contra o imperialismo internacional

O sector da electrónica em Portugal é um dos principais sectores económicos do País, pois que nele trabalham um total de 35 000 trabalhadores. É também neste sector que a penetração de capitais estrangeiros se torna mais visível, o que o coloca directamente na dependência do imperialismo internacional, e do imperialismo americano em particular. E é a colossal-criminosa ITT que hegemonicamente estende os seus tentáculos, quer directa quer indirectamente sobre numerosas empresas em diversos pontos do globo.

No nosso País, de mão-de-obra barata, habilidosa e «dócil» durante um certo tempo, as grandes empresas multinacionais da electrónica encontraram um paraíso que lhes permite a recolha de lucros fabulosos, consequência da exploração desenfreada a que submetem a classe operária e de uma legislação governamental protectora dos seus objectivos imperialistas.

Neste momento em que a classe operária se movimenta política e economicamente erguendo-se contra a exploração capitalista, o proletariado da indústria electrónica também se encontra em luta defendendo os seus interesses de classe, e tanto mais vigorosamente quanto é certo que o capital internacional não tem meias medidas quando se trata de organizar a exploração dos trabalhadores.

D. S. ELECTRÓNICA — SACAVÉM

Desde há cerca de um mês que as operárias da fábrica D. S. ELECTRÓNICA, em Sacavém, mantêm uma justa luta contra as prepotências do patronato.

Com efeito nesta fábrica, propriedade de uma importante empresa de capital americano mas possuindo ramificações em vários países, a Administração começou logo após o 25 de Abril uma série de manobras que mais uma vez demonstram que aos patrões só interessa a defesa dos seus lucros mesmo que para isso seja necessário deixar sem pão muitos operários.

Ao tomarem consciência de que, depois do derrubamento do regime fascista, não mais lhes seria possível continuar a manter as condições de exploração que até aí se verificavam na fábrica de Sacavém, os administradores, representantes em Portugal dos patrões americanos, decidiram retirar da fábrica cerca de 20 máquinas. Esta decisão não passou despercebida aos olhos das trabalhadoras da D. S. ELECTRÓNICA, e assim estas desde logo começaram a vigiar atentamente as manobras da administração. A desconfiança das operárias e a vigilância exercida sobre os acontecimentos dentro da fábrica viriam a mostrar-se perfeitamente justificadas.

Com efeito, a Administração, perante o clima de hostilidade e desconfiança surgido entre as operárias ao anúncio da retirada das máquinas, convocou para uma reunião um delegado do Ministério do Trabalho e um elemento do Sindicato dos Electricistas, para lhes comunicar que não tinha a intenção de fechar a fábrica nem de despedir operárias; e a administração acrescentou que poderia haver alguns despedimentos, mas que isso se não verificaria de imediato.

Postas ao corrente destas afirmações e vendo que entretanto as máqui-

nas eram de facto postas fora de produção, as operárias da D. S. ELECTRÓNICA não se deixaram iludir com tais promessas; e desde logo se reuniram em assembleia para desmascarar tais manobras da administração e eleger uma comissão de 4 trabalhadoras para assim criarem as condições necessárias à luta que previam próxima.

Uma semana depois desta primeira reunião da administração com o representante do Ministério do Trabalho e o elemento do Sindicato dos Electricistas, realiza-se nova reunião em que, além destes 2 elementos e da administração, participaram também as 4 operárias da comissão eleita em assembleia. Nessa reunião, no dia 28 de Junho, a administração anunciou o **despedimento imediato de 19 operárias**, em contradição com o que oito dias antes tinha garantido.

Repudiando claramente a manobra da administração as operárias — 45 no total — imediatamente reagiram, recusando os despedimentos. As 19 operárias despedidas recusaram as cartas de despedimento enviadas pela administração. E todas as operárias, em assembleias quase diárias no local de trabalho recusaram os despedimentos arbitrários de que as suas camaradas foram vítimas. Perante as manobras da administração, que retirou os cartões das operárias despedidas para assim as impedir de picar o ponto, as operárias decidiram ocupar as instalações, estabelecendo piquetes que, durante 4 dias permaneceram dia e noite na fábrica. Ainda aqui a administração voltou a usar de métodos provocatórios, tendo inclusivamente chegado a ameaçar de bater em algumas das trabalhadoras que asseguravam a ocupação.

Mas as operárias da D. S. ELECTRÓNICA souberam manter-se unidas na defesa dos seus justos inte-

Continua pág. 7

APPLIED MAGNETICS (PORTUGAL), LDA.

Mais uma empresa em que o capital internacional tem agido criminosamente contra os operários que explora no nosso País, e onde recentemente grande número de trabalhadoras foram despedidas arbitrariamente. A Applied Magnetics faz parte de um grande grupo internacional de origem americana, a Applied Corporation com sede no Panamá e que possui 22 unidades industriais dispersas por vários países. A Applied Corporation está ligada ao grupo ITT.

Depois do 25 de Abril os trabalhadores e trabalhadoras da Applied Magnetics (cerca de 600) apresentaram à administração da empresa um conjunto de reivindicações, entre as quais se contavam um mês de férias pagas a 100%, redução do horário de trabalho semanal para 40 horas, pagamento por inteiro em caso de doença, etc. Reunindo-se em assem-

clima de tensão que se manteve durante toda a prova de força entre os trabalhadores e a administração. Um delegado do Ministério do Trabalho deslocou-se então à fábrica, e por seu intermédio os trabalhadores, nesse momento fora da fábrica, e a administração chegaram a um acordo sobre as reivindicações apresentadas. A fábrica foi reaberta pela administração e os trabalhadores fizeram algumas concessões em relação a certos pontos das suas reivindicações, como por exemplo o terem aceite que o pagamento em caso de doença não fosse feito a 100% atendendo a que a Caixa se está a organizar para isso. Em contrapartida o horário de 40 horas de trabalho por semana foi aceite pela administração.

Conscientes de que a administração,

Continua pág. 6



STANDARD ELÉCTRICA

A Standar Eléctrica — Cascais, empresa da multinacional I.T.T., emprega cerca de 1800 trabalhadores. Em Maio último os trabalhadores elaboraram um caderno reivindicativo em 36 pontos entre os quais, exigia: melhores salários e condições de trabalho, saneamento de 4 funcionários, abolição das gratificações, direito à Reunião dos Trabalhadores dentro da empresa em qualquer altura, criação de uma creche, etc.

No seguimento da campanha de um dia de trabalho para os trabalhadores em luta, realizou-se uma Assembleia Geral de Trabalhadores no dia 16. Estiveram presentes cerca de 500 trabalhadores e representantes das Comissões de Trabalhadores das seguintes empresas: I.T.T.-semicondutores, Applied Magnetics e D. S.

Electrónica.

Esteve presente uma equipa de reportagem do nosso jornal o que levantou alguma celeuma se devíamos ou não assistir à referida Assembleia, devido ao facto de, na Assembleia anterior, a intervenção de um elemento do «Avante» ter causado viva indignação (e não de regozijo como se afirma no órgão dos revisionistas) entre a maioria dos trabalhadores. Depois de viva discussão passou-se à votação o que nos permitiu assistir à referida Assembleia por uma esmagadora maioria de cerca de 500 votos a favor e 7 contra.

Houve larga discussão sobre a problemática dos despedimentos onde se analisou o papel do patronato e do governo. Afirmou-se muito justamente que os despedimentos verificam-se quando o patronato não necessita da venda da nossa força-de-trabalho e um operário precisou: «Até agora exploravam-nos mas estávamos ao serviço deles, porque precisavam de nós, mas agora não precisam de nós e despedem-nos».

Referiu-se a passividade do governo em relação a tão magno problema e adiantou-se: «devemos exigir do governo que crie um estatuto para os operários despedidos, mas nós devemos exigir que não haja despedimentos.» Quanto ao Fundo de Desemprego afirmou-se que mais não é que um aparelho burocrático e

Continua pág. 6

ITT-Semicondutores

Os operários da multinacional, I.T.T. — Semicondutores, que só nas suas instalações em Cascais explora cerca de 1900 operários, iniciaram em Maio último uma luta reivindicativa onde, entre outros pontos, exigia: 1 mês de férias pagas a 100%; melhores condições de trabalho; e um menor desnivelamento entre os salários praticados na empresa.

Mais tarde, o patronato envolveu-se na tentativa de despedir 6 operários o que foi imediatamente repudiado por todos os trabalhadores o que permitiu a não efectivação dos despedimentos.

Na sequência dos despedimentos verificados em diversas empresas do ramo electrónico, os trabalhadores da I.T.T. — Semicondutores estão vigilantes quanto às manobras do patronato. E mais: organizaram a campanha de um dia de trabalho para os trabalhadores em luta. Como na empresa Applied Magnetics Portugal, Lda., se verificaram 116 despedimentos, os trabalhadores da I.T.T. — Semicondutores têm feito uma recolha de fundos a entregar aos cama-

Continua pág. 6

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

TRABALHADORES EM LUTA

CAMPANHA DE APOIO AOS TRABALHADORES EM GREVE

A campanha **UM DIA DE TRABALHO PARA OS TRABALHADORES EM GREVE** lançada por iniciativa da comissão dos trabalhadores da Timex continua, tendo-se alargado já a outros locais onde os trabalhadores estão ou estiveram em luta, como é o caso da TAP.

Ao mesmo tempo, e por iniciativa dos reformistas, continua também uma campanha intitulada «Um dia de trabalho para o Governo Provisório».

Trabalhadores em luta pelos seus interesses e contra a exploração capitalista de que são vítimas têm apoiado a campanha de recolha de fundos para os seus camaradas, organizando-se na maior parte das vezes espontaneamente para isso, conscientes de que assim a sua luta se encontra fortalecida e de que se reforçam desse modo os laços de solidariedade entre todos os trabalhadores em luta.

Em contrapartida a campanha de «Um dia de trabalho para o Governo Provisório» é contrária aos interesses da classe operária, que assim iria contribuir com o fruto do seu suor para a sua própria exploração e opressão. Por isso esta campanha não tem sido aceite pela grande maioria dos trabalhadores, embora os partidos reformistas no poder procurem iludir a classe operária tentando, inclusivamente por meio de reportagens na televisão, fazer crer o contrário. Dar o produto de um dia do seu trabalho para um governo que não é mais do que o executor dos interesses dos patrões, pôr esse dinheiro à disposição da burguesia, dos exploradores, eis uma atitude que repugna aos trabalhadores. É essa a razão por que a maioria dos operários e trabalhadores portugueses não tem colaborado nessa campanha reaccionária apesar de todos os esforços dos reformistas.

A campanha **UM DIA DE TRABALHO PARA OS TRABALHADORES EM GREVE** é orientada por uma Comissão Coordenadora instalada na fábrica da TMX (Timex) e tem o apoio do Sindicato dos Ourives, que passa as credenciais para a recolha de fundos. Estas credenciais podem portanto ser pedidas na fábrica da Timex ou na sede do Sindicato, Travessa da Glória n.º 18-3.º — Lisboa.

EFACEC-INEL (LISBOA): — A UNIDADE É A FORÇA DOS TRABALHADORES

Os trabalhadores da EFACEC-INEL (Sector Sul) continuam a sua justa luta iniciada em Maio. Em greve desde o dia 8 de Julho, têm os trabalhadores sabido manter-se unidos na luta, conseguindo assim desmascarar e repudiar as variadas e repetidas manobras de que a administração lançou mão para tentar dividi-los.

No dia 11 realizou-se o sexto Plenário de todos os trabalhadores da Efacec-Inel Lisboa, com a presença de cerca de 800 pessoas. Aí os trabalhadores tiveram oportunidade de mais uma vez reafirmar a sua decisão de conduzir a luta vitoriosamente até ao fim, aprovando uma proposta em que se decide o prosseguimento da greve com a ocupação dos locais de trabalho durante as horas normais de funcionamento. Ao mesmo tempo os trabalhadores defrontaram-se com novas manobras do patronato, que foram desde o envio para suas casas de cartas onde se «chamava» a atenção para a situação económica da empresa até a um telefonema anónimo feito para a P.S.P. dizendo que os trabalhadores reunidos em Plenário na Voz do Operário estavam envolvidos em desordem, o que motivou a presença junto à porta de uma **carrinha da polícia**. Estas e outras manobras, como boatos e calúnias acerca do modo como se está a processar a luta e das suas implicações, não conseguiram enganar os trabalhadores, que têm sabido denunciá-las e organizar-se para as repudiar.

Entretanto a greve continua, e durante ela têm os trabalhadores mantido uma actividade permanente de esclarecimento e de reflexão sobre a sua luta; através do **Jornal da Greve**, que todos os dias se publica com notícias da forma como decorre a luta e com textos sobre problemas e questões que interessam todos os trabalhadores (a Previdência, os Sindicatos, a luta dos trabalhadores e as formas de se organizar para a vitória contra a exploração, etc.); através de **amplas discussões** sobre esses e outros problemas dos trabalhadores em luta; através da **projectão e debate de filmes** (sobre a República da Guiné-Bissau, Lip, o coureço Potemkine); através de sessões

OS SINDICATOS E AS LUTAS DOS TRABALHADORES

Como nós vimos, os sindicatos têm estado totalmente afastados de todas as lutas operárias empreendidas depois do 25 de Abril.

Este é um facto muito importante que devemos analisar muito bem para podermos perceber qual o verdadeiro estado e a evolução previsível da luta das grandes massas trabalhadoras do nosso País.

Parece-nos que a razão pela qual os sindicatos se mantêm fora de todo este processo reivindicativo é muito simples: Os sindicatos não têm força, os sindicatos não representam e não defendem os interesses das grandes massas operárias. Porque se defendessem seriam eles, como **VANGUARDA OPERÁRIA**, a dirigir a luta.

Ora, aquilo a que a gente assiste é ao seguinte: os sindicatos ficam parados e são as massas que, tomando consciência da sua situação, se organizam e tomam nas suas mãos a luta pela defesa dos seus interesses.

Esta situação tem vantagens e inconvenientes; vejamos primeiro os inconvenientes:

Se um verdadeiro sindicato tomasse o comando da luta dos trabalhadores isso seria bom, porque então podíamos todos, mais facilmente encontrar os nossos interesses comuns e criar assim uma ampla frente de luta organizada contra os exploradores capitalistas. No entanto é preciso ver que há um grande perigo em as massas entregarem cegamente a um sindicato a defesa dos seus interesses. Porque pode haver, e há, sindicatos que estejam interessados em defender outros interesses que não sejam os das massas trabalhadoras.

Esta é a grande vantagem da nossa forma de luta. Somos nós, os trabalhadores, que a conduzimos e a estudamos a cada momento, para podermos saber qual o modo de actuação que mais nos interessa. Assim nós aprendemos.

Conseguimos algumas vitórias e talvez tenhamos que sofrer algumas derrotas. Mas entretanto fomos aprendendo e para a próxima vez já não cairemos nos mesmos erros.

Durante esta greve nós não podemos ficar só a conversar e a jogar às cartas, temos que estudar bem a nossa situação e ver o que é que devemos fazer a seguir.

Esta é uma questão que temos que estudar e discutir:
QUE SINDICATOS É QUE NÓS QUEREMOS?

(Do Jornal da Greve, n.º 4)

YTONG-PORTUGUESA

Durante o mês de Maio os trabalhadores da **YTONG PORTUGUESA—BETÃO CELULAR**; SARL (empresa com cerca de 100 trabalhadores e um capital social de 40 000 000\$00) apresentaram à Administração o seu caderno reivindicativo, do qual faziam parte entre outros pontos a exigência de 6000\$00 de salário mínimo, 40 horas semanais, 30 dias de férias subsidiadas e outros relacionados com as condições de segurança e de trabalho, assistência, refeição, transportes, proibição de despedimentos sem justa causa e a formação de um Conselho de Trabalhadores. Foi também exigida a denúncia do contrato para serviços de segurança da Empresa desempenhados até agora pela Custódia, passando os mesmos a ser efectuados por militares mutilados.

Tendo sido dado um prazo de respostas até ao dia 20 de Maio, foram os trabalhadores, nesse dia, informados telefonicamente, pelo presidente do Conselho de Administração, que a mesma só poderia ser dada no dia 24.

Nesse dia, perante uma contra-proposta da Administração, não aceite pelos trabalhadores, e perante a demora na aceitação da sua proposta estes decidiram encerrar os portões da Fábrica, impedindo a saída fosse a quem fosse e exigiram a aceitação das suas justas reivindicações, sem mais demoras.

Posta perante a força dos trabalhadores, a Administração acabou por

assinar um acordo final que incluía os 6000\$00 de salário mínimo a partir de 1 de Maio, férias de 30 dias (24 dias úteis), criação de um refeitório, complementos de doença, condições de trabalho e de segurança, direito a inspeções médicas periódicas e seguro de acidentes pessoais no percurso trabalho-casa e casa-trabalho, obrigação de consultar a comissão dos trabalhadores quando de despedimentos sem justa causa, etc...

Uma luta como muitas outras a dos trabalhadores da Ytong, mas de todo este processo será bom fazer sobressair alguns pontos:

— Foi discutida e recusada pelos trabalhadores a instituição de prémios de produtividade, revelando da parte dos trabalhadores o conhecimento do que isso poderia significar como meio de pressão do capital.

— As reivindicações apresentadas respeitaram não só a melhoria de condições económicas, mas também a medidas de segurança social e no trabalho.

— A grande unidade existente entre os trabalhadores, que lhes permitiu alcançar grande parte daquilo que exigiam levando-os a recorrer a meios mais extremos, como foi o encerrar dos portões, impedindo a Administração de novamente adiar as decisões.

«PERGUNTAS»

No processo decorrido há duas

Continua pág. 7



Instalações da Ytong

É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

Trabalhadores em luta

ITT — Semicondutores Cont.

radas despedidos. No momento em que escrevemos este artigo, essa campanha já ronda os 50 mil escudos.

Devemos referir que a colecta de fundos está a cargo da Comissão de Trabalhadores que, mau grado as suas contradições, vai entregar os fundos directamente à Comissão de Trabalhadores da Applied Magnetics.

Durante a Assembleia Geral de trabalhadores da Standard Eléctrica realizada no passado dia 16, foi lido um comunicado da comissão de trabalhadores da I.T.T. — Semicondutores e que foi assinado pela comissão daquela empresa.

Publicamos o comunicado na íntegra:

A ITT contra a consciencialização política dos operários

Depois de vários anos de exploração vergonhosa a que estiveram submetidos os operários e restantes trabalhadores da Standard Eléctrica e dos Semicondutores, fábricas da multinacional ITT, iniciou-se em Maio último um processo reivindicativo referente a saneamento, a aspectos de carácter social e assistencial e outros, nomeadamente um mês de férias subsidiados a 100% e 15 dias de subsídio na Páscoa, com abolição das gratificações especiais.

Desde o início, a Administração da empresa, na pessoa do sr. Carvalho Fernandes — indivíduo altamente suspeito não só pelas suas ligações com o regime fascista como pela sua posição de representante máximo da ITT em Portugal — tem tentado travar a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, recorrendo quer ao diálogo «amen», quer à chantagem, com ameaças veladas de encerramento e despedimento, quer ainda utilizando nas conversações com os trabalhadores outros elementos ligados à Administração como «tropa de choque», meros fantoches por ele manejados a quem não se coíbe de publicamente repreender se o rumo tomado não é o que lhe convém.

Argumentando inicialmente que a concessão de algumas reivindicações, nomeadamente o caso de um mês de férias e subsídio de Páscoa, podia ser considerada sabotagem económica e depois de as Comissões de Trabalhadores se terem dirigido ao Ministério do Trabalho onde obtiveram um parecer referindo que a concessão daquelas regalias não podia nem devia ser considerada como tal, resolveu o sr. Carvalho Fernandes enviar àquele Ministério um memorando no qual afirma só poder conceder as regalias em questão se para tal recebesse instruções expressas desse Ministério. É evidente que, se o Ministério do Trabalho tomasse tal iniciativa — e muito naturalmente não o fez — isso poderia ser utilizado pelo sr. Carvalho Fernandes como instrumento de pressão sobre o Governo para a concessão de facilidades especiais (mais ainda!!!) que ele e os outros «tubarões» da indústria electrónica andam a tentar obter e essas sim, essas é que podem ser consideradas como medidas de autêntica sabotagem económica!

No respeitante aos indivíduos cujo saneamento é exigido pelos trabalhadores por serem o símbolo de uma repressão fascista com que todos desejamos acabar, não só foram

objecto das referências mais elogiosas num memorando enviado pelo sr. Carvalho Fernandes ao Ministério do Trabalho — o que é natural, pois esses indivíduos serviam perfeitamente os seus fins... — como, apesar de suspensos até à conclusão do inquérito conforme ficara acordado com um delegado da Junta de Salvação Nacional, alguns continuam a trabalhar para a empresa num hotel em Cascais e outros no próprio edifício da Administração.

Após mais de um mês de conversações enganosas e não tendo obtido respostas concretas às suas reivindicações fundamentais, os 3600 trabalhadores da empresa efectuaram no passado dia 3 de Julho uma concentração junto do edifício da Administração a fim de exigir ao sr. Carvalho Fernandes uma explicação pelo seu comportamento.

Uma vez mais tentou este senhor torner o assunto, historiando a vida da empresa e falando do papel que desempenhou no engrandecimento da mesma. Estas afirmações não conseguiram enganar os milhares de trabalhadores ali presentes pois eles bem sabem que se algo contribuiu para o crescimento da empresa não foi senão a sua força de trabalho, afinal revertendo para os cofres da tristemente célebre ITT que tão pouco lhes tem dado em troca.

— Voltou o sr. Carvalho Fernandes a argumentar que a empresa se encontra em dificuldades com a aplicação no novo C.C.T. e que essa era a razão pela qual não poderia atender às reivindicações, ao que lhe foi respondido que os trabalhadores não compreendiam que lhes fossem pedidos sacrifícios enquanto administradores e directores auferissem ordenados tão elevados e continuassem a dispendir o dinheiro da empresa, afinal criado pelos próprios trabalhadores, na aquisição de caríssimos carros e outros luxos.

Esgotados os seus argumentos, o sr. Carvalho Fernandes virou as costas aos trabalhadores e retirou-se da reunião.

Esta manifestação, após a qual os trabalhadores regressaram normalmente às suas funções, mais uma vez sem as respostas que pretendiam, constituiu uma impressionante demonstração de unidade da classe operária e da sua consciencialização face às manobras do patronato. Nela compareceram representantes dos órgãos de informação, nomeadamente da «Capital», «Avante» e RTP, que deram notícia do facto.

No entanto não ficou por aqui a actuação do sr. Carvalho Fernandes que fez publicar um memorando pelo qual proíbe na fábrica a afixação e a distribuição de cartazes, folhetos ou outros meios de propaganda política. Não há dúvida de que, quando esgotados os argumentos, a repressão parece ser a última solução para o representante da ITT em Portugal.

Os trabalhadores da empresa recusam-se a aceitar mais esta coacção e entendem dever divulgar estes acontecimentos a fim de denunciar publicamente a opressão a que ainda estão sujeitos mesmo depois do 25 de Abril.

Psteriormente, e num acto de solidariedade da luta estudantil com a luta da classe operária, foi decidida, em Reunião Geral de Alunos do Ins-



A multinacional General Instrument Lusitânea de origem americana com instalações em Arruda dos Vinhos prepara-se para despedir 175 trabalhadores dos 814 que vendem a sua força de trabalho ao capital americano. Mais de centena e meia de operários e operárias que vão engrossar o exército de reserva da burguesia!

STANDARD ELÉCTRICA

Continuação

mistificador e que tudo se deve fazer para que o dito Fundo assegure o salário aos operários despedidos.

Os trabalhadores presentes afirmaram a necessidade da vigilância, da unidade, da organização da classe pois, que só assim poderão responder prontamente a todas as manobras e provocações do patronato.

Depois de uma grande discussão foi aprovada uma proposta de carácter geral e que em termos gerais é a seguinte:

PROPOSTA

a) que o governo publique legislação sobre despedimentos sem justa causa;

b) que sejam readmitidos todos os trabalhadores despedidos sem justa causa;

c) fim imediato à guerra colonial porque enquanto este problema não estiver resolvido, nenhum outro problema dos trabalhadores pode ser resolvido;

d) que o governo publique estatuto de forma a controlar os lucros das multinacionais e de forma às empresas se tornarem tecnologicamente independentes do estrangeiro;

e) que se criem novos postos de trabalho;

f) que em colaboração com os países socialistas se criem condições que permitam cortar a dependência de Portugal do imperialismo.

Mas o problema central desta Assembleia foi a campanha de um dia de trabalho para os trabalhadores em luta, e especialmente no que concerne à gerência dos fundos recolhidos. Foi apresentada uma proposta com três alternativas:

tituto Superior Técnico, a expulsão do sr. Carvalho Fernandes do cargo que tem ocupado como professor daquele estabelecimento de ensino, pelas suas ligações com o regime fascista, pelo papel contra-revolucionário que a ITT e ele, como seu representante apresentam e pela sua responsabilidade na repressão da luta dos trabalhadores das empresas ITT.

As Comissões de Trabalhadores da ITT Semicondutores e da Standard Eléctrica.

APPLIED-MAGNETICS

Continuação pág. 4

detendendo sem escrúpulos os interesses do capitalismo internacional, não hesitaria em tomar atitudes de violência contra os trabalhadores, estes decidiram pois aumentar a sua unidade e reforçar os seus organismos de luta, e por isso o número de trabalhadores eleitos para a comissão foi aumentado de 8 para 16. Ao mesmo tempo os trabalhadores da Applied Magnetics entraram em contacto com o Ministério do Trabalho e o Sindicato dos Electricistas efectuando diligências no sentido de tentar impedir o encerramento da fábrica, com que a administração ameaçava já antes do 25 de Abril com o pretexto de não poder pagar mais aumentos salariais, e com que continuava tentando intimidar os operários em luta depois da queda do regime fascista. Neste momento não sabem ainda os trabalhadores em que pé estão as coisas lá no Ministério.

Em contrapartida, o que os trabalhadores sabem com toda a certeza é que a administração já fez 116 despedimentos esta semana. Sabem-no sobretudo as 116 operárias que de um dia para o outro se encontraram sem trabalho. Estes despedimentos, que ultimamente se têm verificado também em outras empresas do ramo electrónico devem-se ao facto de que os patrões não estão interessados neste momento em fabricar determinados tipos de material, resolvendo portanto despedir arbitrariamente operários até aí ocupados nesses trabalhos.

Em resposta a esta atitude da administração os operários decidiram ocupar as instalações, continuando as 116 operárias despedidas a picar o ponto, mantendo-se nos seus locais de trabalho durante as horas de trabalho, sem contudo laborarem porque algumas máquinas já foram retiradas e não há matéria-prima. Os trabalhadores reunidos em assembleia exigem a anulação dos despedimentos, e numa reunião no Ministério do Trabalho foi apresentada uma proposta da administração, ainda não discutida em assembleia geral de trabalhadores.

O conteúdo dessa proposta revela os intuítos da administração que, depois de criar o problema com os despedimentos, ainda pretende que sejam os próprios trabalhadores a suportarem as consequências da atitude da administração. Propõe esta que seja reduzido o horário de trabalho de todos os operários que neste momento se mantêm em laboração de um tempo equivalente a 4 dias por mês, com a correspondente redução de salário, o que permitiria à administração reintegrar as 116 operárias despedidas sem aumentar os encargos salariais. Os trabalhadores com quem falámos estão de acordo com a redução do tempo de trabalho, mas não

Continua pág. 7

PROPOSTA

a) que os fundos fiquem na posse dos Delegados de Trabalhadores — esta proposta foi aceite por maioria esmagadora;

b) que os fundos sejam entregues à Intersindical — obteve uma minoria de votos;

c) que os fundos sejam entregues ao governo — obteve 3 votos.

Foi notório que alguns elementos nitidamente reformistas, descaradamente manobraram os verdadeiros interesses dos trabalhadores no que se refere à gerência dos fundos para os trabalhadores em luta, antes e depois da votação da proposta. Aquando da votação foi aceite por esmagadora maioria a alínea a), mas também era notório e visíveis os interesses desses elementos reformistas: entregar a gerência dos fundos aos cuidados da Intersindical. E assim tudo fizeram, mesmo depois da votação, para fazerem valer os seus intentos. É assim que passando por cima dos mais elementares princípios democráticos, fazem aprovar uma nova proposta que consequentemente veio a anular a anterior. E, em termos gerais, foi nos seguintes termos:

— Que os fundos sejam recolhidos pelos Delegados de Trabalhadores e que sejam entregues à Intersindical.

Perante isto os trabalhadores da Standard Eléctrica terão efectivamente de reforçar a sua vigilância de classe contra todas as manobras sejam elas do patronato, sejam dos Delegados de Trabalhadores que, neste caso, não defendem os interesses dos trabalhadores.

Como tudo isto é claro, resta-nos acrescentar que na nossa qualidade de observadores à Assembleia não nos foi possível intervir, o que nos fez ferver os nervos perante a traição revisionista que ainda continua infiltrada no seio dos trabalhadores da Standard Eléctrica.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Semestral	60\$00
Anual	120\$00

O pagamento deve ser feito no início da assinatura e enviado por cheque ou vale do correio para a nossa direcção provisória. Os pagamentos directos podem efectuar-se também na direcção provisória das 18 às 20 horas.

ESCLARECIMENTO (ACERCA DA RESPOSTA DE UM "ESQUERDISTA" NO JORNAL "REPÚBLICA")

O seguinte esclarecimento foi enviado por Fernando Pereira Marques da organização LUAR, ao jornal «República», sem que tivesse conseqüido a sua publicação:

«Após ter sido publicado o meu artigo-resposta, aguardava as palavras de José António Saraiva que os leitores puderam ler na «República» de 3 de Julho, para pedir a publicação do seguinte esclarecimento:

1 — Poucas horas após ter sido entregue, a um dos redactores deste jornal, a «Resposta de um "esquerdistas"», depois de reler o artigo de José Saraiva e de ter sido chamado à atenção por um camarada, apercebi-me da confusão que estabeleci (aliás como mais gente) entre o José António e o António José;

2 — Assim, fiz seguir por mão própria uma mensagem ao mesmo redactor (importa sublinhar que isto passou-se três dias antes da publicação da «Resposta»), na qual pedia que em caso de publicação do meu escrito se fizessem as seguintes alterações e isto na medida em que me dirigia não a uma ou a outra pessoa em particular mas ao autor do «Extrema-esquerda e a Terceira República»:

a) Que se eliminasse o «dr.» do título;

b) Que se retirasse a referência ao «Maio e a Crise da Civilização Burguesa».

Os outros «drs.» permaneceriam, posto que pelo estilo «ex-cátedra» utilizado no artigo em questão o Sr. José Saraiva os merecia plenamente.

Desejando não considerar a hipótese de má-fé na não tomada em consideração do meu pedido, quero interpretar o que se passou pelo excesso de trabalho existente na Redacção ou por qualquer outro motivo igualmente aceitável.

Posto isto, e considerando as correcções acima focadas, peço desculpa ao dr. António José, involuntariamente trazido à baila, e reitero tudo o que escrevi ao «dr.» José António. Lisboa, 3 de Julho de 1974.

Fernando Pereira Marques»



YTONG-PORTUGUESA

questões que não deixam de chamar a atenção a quem sobre elas se debruce:

1 — Num comunicado emanado às 24 horas de Maio pela Administração lemos entre outras coisas o acordo da administração com a necessidade sentida pelos trabalhadores da «existência de uma organização sindical bem estruturada e lúcida... e que possa conduzir a bom termo as reivindicações futuras».

Admira, efectivamente, que o capital deseje agora aquilo que nunca antes desejou, ou seja, uma classe trabalhadora bem estruturada e lúcida. A não ser que esperem que essa lucidez

D. S. ELECTRÓNICA

Continuação

resses. E desde essa data, portanto desde há quase um mês, têm continuado a sua luta contra os capitalistas americanos proprietários da empresa. Quase diariamente se realizam assembleias de operárias, que reivindicam a anulação dos despedimentos ou a criação de novos trabalhos para as 19 operárias despedidas. Quase diariamente a comissão das trabalhadoras tem negociado com os administradores (um americano, Robert Matson, e um português, Luís Alberto Saraga Leal) numa tentativa para encontrar uma solução que seja do interesse das trabalhadoras. Desde a data do despedimento, as 19 operárias despedidas têm comparecido diariamente nos locais de trabalho, ao mesmo tempo que as suas camaradas decidiram reduzir a produção, como forma de apoiar as suas justas reivindicações — não aos despedimentos. Mas a administração tem desde sempre mantido uma atitude intransigente, dizendo que ou as 19 operárias são despedidas ou a fábrica fecha.

Contra estas ameaças da administração as operárias têm sabido resistir, opondo-lhes a sua firme decisão de obter a vitória conseguindo a reintegração das suas camaradas despedidas. E como se verifica em fábricas do ramo electrónico uma série de despedimentos arbitrários desde o 25 de Abril, as operárias da D. S. ELECTRÓNICA, conscientes de que a sua luta é a luta de todos os trabalhadores, e de que só unidas conseguirão chegar à vitória, entraram em contacto com as camaradas das comissões de trabalhadores da Applied Magnetics, com os trabalhadores da ITT e da Standard Eléc-

trica em Cascais, no sentido de unirem os seus esforços na luta contra a violência e as ameaças dos patrões e para organizarem a solidariedade e o apoio às operárias despedidas injustamente.

Em conjunto com a comissão dos trabalhadores da Applied Magnetics, onde se verificaram recentemente 116 despedimentos, a comissão das operárias da D. S. ELECTRÓNICA efectuou diligências no Ministério do Trabalho, de onde por fim foi enviada ao Ministério da Coordenação Económica. Mas também aí as operárias não foram bem sucedidas, pois entretanto a crise governamental com a demissão do ministro veio interromper as conversações.

Apesar de tudo isto as operárias da D. S. ELECTRÓNICA de Sacavém não desistiram de encontrar uma solução para o conflito que as opõe aos patrões, e continuam a sua justa luta — as 19 despedidas continuam a comparecer todos os dias na fábrica e as outras operárias mantêm uma produção reduzida, continuando todas a exigir a anulação dos despedimentos.

Devemos apoiar a justa luta das operárias da D. S. contra os despedimentos arbitrários de que são vítimas. Desde o dia 1 de Julho 19 operárias encontram-se sem trabalho, e portanto sem dinheiro — todos os trabalhadores, todos os revolucionários devem apoiar estas trabalhadoras, devem solidarizar-se com a luta que elas travam contra as violências do patronato.

**NÃO AOS DESPEDIMENTOS.
APOIEMOS A LUTA DAS OPERÁRIAS DA D. S. ELECTRÓNICA.**

APPLIED MAGNETICS

podem concordar com a redução de salários.

Desde já os operários da Applied começaram a organizar-se no sentido de apoiar materialmente e por todas as formas as suas camaradas despedidas, bem como camaradas de outras fábricas vítimas também neste momento da vaga de despedimentos nas empresas do ramo electrónico. Há já contactos com operárias da D. S. Electrónica, da Standard Eléctrica e da ITT Semicondutores, e as recolhas do produto de um dia de trabalho para os trabalhadores despedidos estão em curso.

A determinação dos operários da Applied contra os despedimentos arbi-

trários de que foram vítimas as suas camaradas e na defesa dos seus interesses de classe não vacila. Apoiamos a sua justa luta e somos solidários com todos os operários, e em particular com as 116 operárias despedidas. Com os trabalhadores da Applied desmascaremos todas as manobras do patronato reaccionário dos grandes trusts da electrónica, como os despedimentos e as ameaças de encerramento. Estas manobras não são mais do que tentativas de amedrontar a classe operária na esperança de quebrar o seu ímpeto combativo. Mas mais perigosas ainda são as manobras dos representantes políticos dos gangsters do capital.

empresa particular? Ou será que se pretende apenas assustar os trabalhadores com as Forças Armadas?

Na YTONG o processo desenvolve-se agora à roda da problemática da cogestão e dos métodos de vigilância da classe trabalhadora e da constituição do Conselho dos Trabalhadores.

Esperamos que os trabalhadores da YTONG permaneçam unidos à volta dos fins que se propõem e vigilantes perante todas as manobras tendentes a levá-las à defesa do capital.

Os trabalhadores não precisam de se preocupar com os problemas dos patrões. Estes sabem como se defender...

Um grupo de trabalhadores

Cabo Verde

MOÇÃO APROVADA NO DIA 6 DE JUNHO NO CINE-TEATRO EDEN-PARK

Forças políticas vivas, autênticas e representativas da Ilha de S. Vicente, reunidas em Assembleia, promulgam a seguinte moção que, depois de lida e aprovada democraticamente, vai ser enviada ao Presidente da República Portuguesa, Senhor General António de Spínola, e ao Secretário-Geral do P.A.I.G.C., Senhor Aristides Pereira.

Os presentes, fazendo eco da maneira de sentir e das verdadeiras aspirações dos diversos sectores políticos da Ilha de S. Vicente.

1.º — Saudam o Povo Português

Aristides Pereira, agradece a todos os participantes na reunião de 6 de Junho p.p., considera este acto um factor importante de esclarecimento e mobilização do povo de Cabo Verde no caminho difícil e glorioso da independência nacional. Reafirma a sua fidelidade aos princípios da paz na independência, da unidade e construção do progresso social na Guiné-Cabo Verde. — Esclarece que a paz só é realizável com o fim da dominação colonial das nossas terras, com o reconhecimento da República da Guiné-Bissau e a independência de Cabo Verde. — Encoraja a realização de uma vasta campanha de esclarecimento e mobilização das massas populares, a união de todos os oprimidos,



e todas as forças progressistas pelo derrube da cúpula do fascismo em Portugal e colónias portuguesas;

2.º — Manifestam a sua solidariedade para com o Povo Português, o P.A.I.G.C., o M.P.L.A., a F.L.S.T.P. e a F.R.E.L.I.M.O., convictas de que se cumprirá com êxito o programa da Junta de Salvação Nacional, para bem dos povos de Portugal e colónias;

3.º — Prestam homenagem a todos quantos em terras de África tombaram em luta pela Liberdade. Lamentam os soldados portugueses vitimados pela criminosa guerra colonial;

4.º — Honram e glorificam Amílcar Cabral;

5.º — Afirmam que a Independência total de Cabo Verde é a única solução capaz de satisfazer as verdadeiras aspirações do seu povo;

6.º — Reconhecem o P.A.I.G.C. como único e legítimo representante do Povo de Cabo Verde, e nele reiteram toda a sua confiança;

7.º — Fazem votos por que as negociações ora decorrendo em Londres venham a culminar pela Independência total de Cabo Verde-Guiné, condição essencial para a paz;

8.º — Asseveram que é necessário franquear as portas a todas as ofertas internacionais de auxílio já dirigidas ao P.A.I.G.C. por organizações mundiais de assistência, e por diversos países, por forma a assim se atenuarem os problemas originados pela seca;

9.º — A finalizar, as forças políticas aqui reunidas desejam deixar bem claro que estas Ilhas estarão abertas a todo o homem que respeite as Leis em vigor no Cabo Verde-Guiné Independente.

RESPOSTA DO PAIGC À MOÇÃO APROVADA NO DIA 6 DE JUNHO NO CINE-TEATRO EDEN-PARK

«As forças vivas de São Vicente, aos militantes e simpatizantes do P.A.I.G.C. em S. Vicente: a direcção do P.A.I.G.C. acusa a recepção do vosso telegrama dirigido ao camarada

humilhados e impedidos na sua capacidade de realização pelo colonialismo, fascismo, racismo e preconceitos de toda a ordem. — Apela à unidade de todos para a conquista da independência e a construção de Guiné-Cabo Verde unidos e prósperos. — Reafirma a disposição de utilizar todo o prestígio internacional do P.A.I.G.C. para conseguir meios para a solução progressiva dos problemas originados pela seca, com a condição que sejam administrados por militantes do P.A.I.G.C. e Caboverdianos honestos. — Presta homenagem a todos aqueles que em Cabo Verde não têm poupado esforços para a realização das aspirações justas do nosso povo à independência, à paz, ao progresso e à justiça social. — Pela direcção do P.A.I.G.C. — Aristides Pereira — Secretário-Geral».

LÊ, ASSINA
E DIVULGA
REVOLUÇÃO



A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA
DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

O PODER POLÍTICO

O Estado nunca é neutro, representa e defende sempre, no que respeita ao essencial, a classe ou classes que detêm o poder económico. O aparelho estatal cria-se e existe para proteger os interesses das classes dominantes. Em Portugal, país de economia capitalista, os trabalhadores têm de olhar o poder político como representante e defensor da burguesia.

Mas, a burguesia para continuar a dominar recorre a todas as formas, desde as mais duras, até às mais «liberais» e «socializantes», contanto que a sua ditadura de classe se mantenha.

Em Portugal, os grandes grupos financeiros ligados ao capital internacional e partilhando em África os lucros de empresas multinacionais, de há muito que se sentiam espartilhados pelo fascismo.

Os projectos de desenvolvimento de Caetano não lhes conseguiram resolver os problemas. A situação de cada vez maior dependência em relação ao imperialismo e a crescente exploração dos trabalhadores criou um clima de lutas e de revolta.

A J.S.N., representante e defensora do grande capital, tem procurado manter na sua forma inicial o que foi a esperança spinolista para os grupos financeiros. Os discursos de Galvão de Melo no Brasil e à sua chegada aqui, estão na mesma linha de pensamento.

Neste sentido, a J. S. N. tem procurado contrariar os efeitos das conquistas populares que se seguiram ao 25 de Abril, esses sim, verdadeiramente opostos aos interesses do grande capital. É da J.S.N., a decisão do envio para o Brasil de Tomás e Caetano, que assim escaparam à justiça popular, como é da J.S.N. a pressão que contraria a prisão e julgamento efectivo de todos os pides, expressando mais uma vez pela boca do General Galvão de Melo a condenação da «caça ao homem».

A nomeação de um Conselho de Estado, constituído por reaccionários e pessoal ligado ao grande capital, consolida o poder da burguesia e estabelece um fosso profundo e demarcado entre o que foi o 1.º de Maio Vermelho das ruas de Lisboa e o que representa o actual poder.

Para o Governo Provisório, governo de coligação do PC, do PS, do PPD e de elementos «apartidos», qual será a sua política global no que respeita às classes sociais? Para o PPD «a liberdade de trabalho e de empresa e a propriedade privada são sempre garantidas até onde constituírem instrumento de realização pessoal dos cidadãos (...)), o que está realmente de acordo com a actual classe dominante. Qual a posição e a tática do PS e do PC no momento presente face à propriedade privada? Porque fazem parte estes partidos do actual aparelho de Estado, que é indiscutivelmente burguês?

Pretendendo assegurar a conquista do socialismo pela sua presença no Governo e através de sucessivas reformas, o PS e o PC surgem de uma forma clara como verdadeiros partidos reformistas, o que já de há muito eram.

O socialismo não se decreta por lei, nem com reformas. O estado burguês não pode decretar o socialismo. Que o líder da CDE, Pereira de Moura, cristão de formação e alheio à compreensão da história da luta de classes, declare que o povo português pode votar o socialismo, é natural. Que o aceitem partidos que se apresentam como marxistas é uma mistificação, é uma tentativa de escamotear a diferença entre o capitalismo e o socialismo, é fazer crer que há sociedades de meio termo e governos que servem de árbitro entre o capital e o trabalho. Ora, para um marxista, na sociedade

capitalista o governo é defensor da burguesia contra os trabalhadores e na sociedade socialista o governo é o defensor dos trabalhadores contra a burguesia. E a sociedade portuguesa actual é capitalista.

A LUTA DOS TRABALHADORES

É no contexto de uma sociedade capitalista, mas com liberdade de reunião e organização que se desenvolve o movimento grevista de Maio-Junho de 1974.

As condições de existência da maioria da população portuguesa, sujeita a salários baixos e a um crescente aumento do custo de vida, determinaram o surto grevista que surge bastante antes do 25 de Abril e que depois desta data se desenvolve.

A capacidade de organização e de luta que os trabalhadores demonstraram nos meses anteriores ao 25 de Abril — TAP, PLESSEY AUTOMÁTICA, LISNAVE, SOREFAME, FÁBRICAS DE TINTA, METRO — encontraram novas formas após aquela data. Adaptando-se às novas possibilidades criadas pelo movimento insurreccional das F.A., os trabalhadores passaram a organizar-se em assembleias de fábrica e outros locais de trabalho, elegendo comissões de trabalhadores. Esta organização visava naturalmente a luta frontal contra os patrões, que são os inimigos dos trabalhadores. É assim que, uma vez não satisfeitas as reivindicações imediatas, uma vaga de greves proliferou por todo o país durante o mês de Maio. Com isto, os explorados demonstraram que a liberdade lhes serve, mas não lhes chega.

O processo de Assembleias e de eleições tomam por vezes aspectos de aprendizagem de democracia de base, com erros e com hesitações.

Houve empresas também onde os trabalhadores se deixaram arrastar em processos de cogestão e autogestão que mais não fazem do que os bons serviços do capital.

Mas na maior parte dos casos, nos milhares de locais de trabalho do país, os trabalhadores viram pela primeira vez a oportunidade de intervir directamente no processo de defesa dos seus interesses.

Casos houve, como o da Sogantal, em que tendo a gerência abandonado a fábrica, as operárias tomaram-nas nas mãos mostrando que sozinhas são capazes de dirigir a empresa.

O PODER E AS LUTAS

A repressão que se tem abatido sobre as lutas dos trabalhadores tem sido a defesa organizada da ordem burguesa, feita em nome do combate ao «caos» e em prol do desenvolvimento.

Tais objectivos não dizem respeito ao proletariado a quem interessa a abolição da propriedade privada, para o que é necessário a tomada do poder e a ditadura do proletariado.

Mas o Governo Provisório é o governo da burguesia, e por isso defende o sistema. Os partidos reformistas já nem pelas reformas conseguem lutar, abandonando as suas posições tradicionais de apoio às lutas económicas. Aqui, como outras vezes ao longo da história do movimento operário no mundo, os partidos reformistas, ao assumirem compromissos com o governo da burguesia, acabam por nem sequer levar a cabo os seus

programas sociais-democratas, porque são envolvidos pela engrenagem do sistema, e passam à defesa declarada dos interesses dos patrões. Nas empresas em luta, os reformistas foram aliados objectivos dos representantes do patronato, contra a maioria dos trabalhadores.

Mas não só. Capazes de ir mais longe na repressão, os partidos representados no Governo Provisório apoiaram a ameaça de ocupação dos correios pelas Forças Armadas. Já em 1971 a greve administrativa dos médicos foi interrompida pela ocupação militar dos hospitais, chefiada pelo facista Ricardo Horta; o recurso ao exército é sempre a última palavra da repressão. A ordem de ocupação dos CTT, vinda da cúpula para a base, não é aceite por dois milicianos, que são em seguida presos pelas autoridades. E mais — os jornais que ousaram denunciar esta prisão e apoiar estes dois aspirantes são autuados ao abrigo da nova lei de imprensa.

Quem ousa ainda dizer que a liberdade é mais alguma coisa do que a que

muito bem interessa à burguesia? Perguntamos também — alguma das dezenas de greves que ocorreram foi apoiada pelos partidos no governo? Ou será que eram todas resultado de manobras da reacção ou manejaadas pela chamada «extrema-esquerda»? Ou os partidos representados no Governo são contra toda a espécie de greves?

Na verdade, por muito que se ludibrie a população, os trabalhadores sabem que não estamos na construção do socialismo. E que palavras de ordem como «um dia de salário para o Governo Provisório» não pegam, porque é claro para quem são os dividendos.

Impossibilitado de prender todos os trabalhadores em luta, o Governo Provisório e a J.S.N., prendem simbolicamente um militante revolucionário, Saldanha Sanches, que aguarda resoluções no Forte de Elvas. Nem o seu passado de resistência ao fascismo foi impeditivo de tal medida. E não foi sob um governo igual a este que foram mortos na Alemanha Liebeck e Rosa Luxemburgo em 1918?

Mas para calar os apoios, para controlar as consciências, aparece a lei de imprensa, verdadeira lei de defesa da burguesia e da imprensa

Continuação pág. 2

EDITORIAL

Continuação pág. 1

e não evocar a «desordem» e a anarquia para defender a «ordem» burguesa. Enfim, é preciso subverter os valores, transformar radicalmente a sociedade.

Pois que não há governos «assim assim», nem sociedades de meio termo. É uma sociedade capitalista aquela em que vivemos. Veremos quem a quer socialista e como.

Comprometendo o M.F.A. na gerência da sociedade capitalista, a grande burguesia representada pelos partidos mais à direita, faz uma nova manobra, mais subtil. Por outro lado os partidos mais à esquerda na coligação sentem-se assim acompanhados e não se queimam sozinhos. A manobra está feita, o M.F.A. embarcou. A economia do País seguirá o seu curso e não contrariará as leis capitalistas, como um corpo em queda livre não contrariará as leis da gravidade. Só a Revolução Socialista as pode contrariar.

O que será necessário para que os elementos mais progressistas do M.F.A. o compreendam?

